

Sobre a fundação cristológico-trinitária do sacerdócio na Igreja sinodal: a perspectiva do Concílio Vaticano II

Prefácio: no kairós da missão da Igreja

Parto de duas afirmações do Papa Francisco que nos ajudam a colocar-nos no *kairós* de Deus que hoje desafia a Igreja e, ao mesmo tempo, de uma sugestão formulada, anos atrás, pelo conhecido estudioso bíblico, e mais tarde cardeal, Albert Vanhoye.

Em seu discurso por ocasião do 50º (quinquagésimo) aniversário (2015) da instituição do Sínodo dos Bispos, o Papa Francisco, na linha do Concílio Vaticano II, afirma:

«A *sinodalidade*, como dimensão constitutiva da Igreja, oferece-nos o quadro interpretativo mais apropriado para compreender o próprio ministério hierárquico. Se compreendermos que, como diz São João Crisóstomo, “Igreja e Sínodo são sinónimos” (*Explicatio in Ps. 149*) – pois a Igreja nada mais é do que este “caminhar juntos” do Rebanho de Deus pelas sendas da história ao encontro de Cristo Senhor –, entenderemos também que dentro dela ninguém pode ser “elevado” acima dos outros. Pelo contrário, na Igreja, é necessário que alguém “se abaixe” pondo-se ao serviço dos irmãos ao longo do caminho. [...] Por isso, aqueles que exercem a autoridade chamam-se “ministros” [...]. Para os discípulos de Jesus, ontem, hoje e sempre, a única autoridade é a autoridade do serviço, o único poder é o poder da cruz, segundo as palavras do Mestre: “Sabeis que os chefes das nações as governam como seus senhores, e que os grandes exercem sobre elas o seu poder. Não seja assim entre vós. Pelo contrário, quem entre vós quiser fazer-se grande, seja o vosso servo; e quem no meio de vós quiser ser o primeiro, seja vosso servo” (*Mt 20, 25-27*). *Não seja assim entre vós*: nesta frase, chegamos ao próprio coração do mistério da Igreja e recebemos a luz necessária para compreender o serviço hierárquico»¹.

Cinco anos depois (2020), na Exortação pós-sinodal *Querida Amazônia*, Papa Francisco nos convida a «ampliar a nossa visão para evitar de reduzir a nossa compreensão da Igreja a estruturas funcionais», e ressalta:

¹ Papa Francesco, *Discurso em ocasião da Comemoração do Cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos*, Aula Paolo VI, 17 de outubro de 2015.

«Jesus Cristo apresenta-se como Esposo da comunidade que celebra a Eucaristia, através da figura de um homem que preside como sinal do único Sacerdote. Este diálogo entre o Esposo e a esposa que se eleva na adoração e santifica a comunidade não deveria fechar-nos em concepções parciais sobre o poder na Igreja. Porque o Senhor quis manifestar o seu poder e o seu amor através de dois rostos humanos: o de seu divino Filho feito homem e o de uma criatura que é mulher, Maria. As mulheres prestam à Igreja a sua contribuição segundo o modo que lhes é próprio e prolongando a força e a ternura de Maria, a Mãe. Deste modo não nos limitamos a uma impostação funcional, mas *entramos na estrutura íntima da Igreja*»².

Há quem tenha visto uma tensão entre estas últimas declarações e as anteriores sobre a Igreja sinodal: mas será que é realmente assim? ou melhor, estamos diante do convite para *converter nosso olhar*, para assimilá-lo, cada vez mais, ao olhar de Cristo (o *voũς Χριστοũ* do qual o Apóstolo Paulo em 1Cor 2,16; cf. *Veritatis gaudium*, Proemio, 4d) e assim acolhemos abertamente o sopro do Espírito Santo ao embarcarmos na nova etapa de nossa peregrinação como povo de Deus: que hoje nos chama, pedindo uma escuta fiel e criativa da Palavra de Deus escrita e transmitida e um discernimento paciente, respeitoso e corajoso dos sinais dos tempos?

Há mais de quarenta anos (em 1980), Albert Vanhoye concluiu com estas palavras seu ensaio *Prêtres anciens, prêtre nouveau selon le Nouveau Testament*, consagrado a «contribuir à discussão com base nos dados do Novo Testamento e em conexão com a tradição viva da Igreja»:

«O uso de categorias sacerdotais comporta um perigo manifesto, o de um retorno inconsciente à concepção ritual de culto do Antigo Testamento. Isto leva a fazer do padre cristão *un nouveaun “prête ancien”* (um novo “padre velho”). No passado, este perigo de regressão nem sempre foi evitado. Em nossos dias, no entanto, é mais a tendência inversa, que parece ter se tornado dominante: a de rejeitar a expressão sacerdotal da realidade cristã. Não há outro tipo de regressão aqui? Não nos damos ao trabalho de assimilar o novo conceito de sacerdócio, tal como é elaborado no Novo Testamento, e resta, para debater esta questão, com as velhas idéias de culto sacerdotal, como se nada mais existisse. É necessário um esforço constante para manter a orientação cristã autêntica, que consiste em nunca erguer paredes divisórias entre a existência concreta e a relação com Deus, nem entre a relação com Deus e a existência real, mas uni-las o mais intimamente possível, de modo a transformar toda a vida humana, graças à mediação de Cristo que comunica

² Papa Francesco, Exortação apostólica pós-sinodal *Querida Amazônia*, 2 de fevereiro de 2020, n. 101, itálico nosso.

o fogo do Espírito, e fazê-la uma oferta contínua de obediência filial a Deus e de dedicação fraterna aos homens»³.

Levando em conta estas indicações e com o objetivo de uma articulação sintética do que considero essencial na *doutrina fidei* em relação ao nosso tema, articularei o tratamento em três segmentos para destacar o fundamento cristológico do sacerdócio da e na Igreja sinodal: Mistério Pascal, Eucaristia, Eschaton, enfim voltando meu olhar – como que contemplando a ícone viva – à presença de Maria no Mistério de Cristo e da Igreja.

1. Mistério Pascal: “*De latere Christi in cruce dormientis ortum est totius Ecclesiae mirabile sacramentum*” (Sacrosanctum Concilium 5)

Antes de tudo, discernir o que nos é pedido hoje como discípulos de Jesus a fim de que o Senhor Jesus possa fazer-se ativamente presente na história através da Igreja, que – como ensina a *Lumen gentium I* – é, nEle, «como que o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano», é necessário contemplar e penetrar com o olhar da fé a novidade do acontecimento pascal, centro do mistério de Cristo e da história da salvação. Isto vale de modo específico quando queremos compreender o fundamento do sacerdócio de Cristo que Ele compartilhou, no Espírito Santo, com a Igreja. Disto o magistério do Vaticano II nos ofereceu uma rica síntese, enraizada na atestação da Sagrada Escritura e da Tradição: síntese não exaustiva e definitiva, marcada por algumas oscilações em nível linguístico e teológico, mas doutrinariamente autorizada e orientadora, a ponto de propiciar hoje um salto qualitativo generoso e robusto, em nível de autoconsciência e autoconfiguração, na escuta do «que o Espírito diz à Igreja» (cf. Ap 2,7)⁴.

³ A. Vanhoye, *Prêtres anciens, prêtre nouveau selon le Nouveau Testament*, Éditions du Seuil, Paris 1980, pp. 348-349, trad. nossa.

⁴ Como há uma infinita bibliografia relativa do nosso tema disponível na literatura teológica após o Concílio Vaticano, limiterei-me a apontar o ensaio equilibrado e bem sucedido de E. Castellucci, *Il ministero ordinato* (Nuovo Corso di Teologia sistemática, 10), Queriniana, Brescia 2002, que tem o mérito de oferecer uma visão atualizada do estado da arte em relação à Sagrada Escritura, à Tradição dogmática e teológica, e ao Magistério do Vaticano II, com um reconhecimento do debate e do aprofundamento pós-conciliar (especificado pela referência aos trabalhos e propostas, entre outros, de H.U. von Balthasar, J. Ratzinger, L. Scheffczyk, Y. Congar, K. Rahner, E. Schillebeeckx, S. Dianich, G. Greshake, G. Martelet) e com uma coerente e prospectiva de revisão sistemática, tudo enriquecido por uma extensa bibliografia (pp. 351-381) e por pontuais «temas de estudo» anotados no final dos capítulos.

Desde a Constituição Dogmática sobre a Divina Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, o Vaticano II nos convida de fato a nos voltarmos, ou melhor, a imergirmos nosso olhar no mistério pascal de Cristo. No n. 5 propõe a fórmula icástica, de ascendência patrística, que resume o conteúdo mais profundo da *lex orandi* e *lex credendi* da Igreja: «Foi do lado de Cristo adormecido na cruz, que nasceu o sacramento admirável de toda a Igreja»⁵.

Nesta fórmula, o evento pascal é proposto em seu duplo e inseparável significado *propter nos et propter nostram salutem*: na medida em que apresenta o novo e eterno sacerdócio de Cristo, expressando sua missão, no ato de gerar a Igreja com o dom de sua vida no Espírito Santo como sua Esposa, «semente e início do Reino de Deus na terra» (*Lumen gentium*, 5).

A *metáfora sacerdotal* e a *metáfora esponsal* estão assim estreitamente unidas para expressar o significado performativo do evento do qual a Igreja se origina e é moldada. O Novo Testamento registra ambos e os entrelaça com clareza e com força. E a Tradição da Igreja os preserva, valoriza e aprofunda. Vamos ver como, em extrema síntese.

1.1. O “outro” sacerdócio de Cristo

Jesus Cristo, Palavra e Filho de Deus e o próprio Deus ele mesmo, que se fez carne – assim o Evangelho de João (cf. Jo 1.1.14. 21) – «pelo Espírito eterno Se ofereceu de forma imaculada a Deus» – assim a carta aos Hebreus (Heb 9.14): por esta razão, Ele é «mediador de uma nova aliança» (Heb 9:15) na medida em que «ἱερεὺς ἕτερος [...] κατὰ δύναμιν ζωῆς ἀκαταλύτου» (*outro sacerdote* [...] pelo poder de uma vida indestrutível, Heb 7:15-16).

A missão de Cristo – expressão de sua identidade as mesmo tempo divina e humana, «sem separação e sem confusão» (Calcedônia) – pode e deve, portanto, ser interpretada e resumida, segundo a revelação, em termos do verdadeiro e definitivo sacerdócio: que é “outro”, com respeito a todas as suas formas anteriores, na medida em que é, em si mesmo, singular e eterno.

⁵ *Sacrosanctum Concilium*, 5: «*Nam de latere Christi in cruce dormientis ortum est totius Ecclesiae mirabile sacramentum*».

O sacerdócio de Cristo, de fato, ao declarar a natureza provisória do sacerdócio que o precedeu, revela e realiza sua intencionalidade profunda: *oferecer como graça a mediação necessária a humanidade para viver a comunhão plena e definitiva com Deus*, superando a distância creatural, em si mesma insuperável, que os separa uns dos outros e que é aguçada pela realidade do pecado. Da realização desta comunhão, Jesus é o mediador único e universal (cf. 1Tm 2,5) através da oferta de sua vida «até o fim» (cf. Jo 13,1) no lenho da cruz, em obediência à vontade do Pai e em dedicação a seus irmãos e irmãs.

Com isto, a linguagem sacerdotal em seu sentido universalmente religioso e especificamente do Antigo Testamento é para sempre “*transsubstanciada*”: torna-se algo diferente do que era até então, e desta forma alcança a verdade à qual sempre tendeu implicitamente, sem ser capaz de alcançar.

Com a sua habitual icástica concisão, São Tomás de Aquino sentenciava – com base no ensinamento da carta aos *Hebreus* e, mais em geral, do Novo Testamento e dos Padres da Igreja – que «é mais conveniente que Cristo seja sacerdote»⁶, pois seu sacerdócio difere do sacerdócio da antiga aliança como «*aquilo que é verdadeiro daquilo que [é] figura*»⁷: de modo que Ele, na plenitude dos tempos – olhando para frente e olhando para trás – é totalmente «*fons totius sacerdotii*»⁸.

1.2. A Igreja como Povo Sacerdotal

Esta transformação – da realidade e de consequência da inteligência, da linguagem, do *ethos* e da práxis – provoca uma consequência fundamental: *a novidade e a configuração da Igreja, como povo da nova aliança e como povo sacerdotal* em virtude do sacerdócio de Cristo, enquanto sua Esposa. «*Omnes sacerdotes quoniam membra sunt unius Sacerdotis*»: declara Santo Agostinho⁹ (todos sacerdotes em quanto membros do unico Sacerdote).

⁶ S.Th., III, q. 22, a. 1 corpus: «*unde Christo maxime convenit esse sacerdotem*».

⁷ *Ibid.*, ad 2um: «*Quia igitur sacerdotium veteris legis erat figura sacerdotii Christi, noluit Christus nasci de stirpe figuralium sacerdotum, ut ostendatur non esse omnino idem sacerdotium, sed differre sicut verum a figurali*».

⁸ *Ibid.*, a. 4 corpus: «*Christus autem est fons totius sacerdotii: nam sacerdos legalis erat figura ipsius; sacerdos autem novae legis in persona ipsius operatur*».

⁹ *De Civitate Dei*, XX,10.

Trata-se de dois lados da mesma moeda: a Igreja é a Esposa de Cristo, na medida em que Ele, o único Sumo Sacerdote da nova aliança, a amou e a ama como a Ele mesmo – Eis o μυστήριον μέγα (o grande mistério) referido na carta aos Efésios (cf. 5.29-32) –, isto é, ele a ama com aquele amor com o qual o Pai ama o Filho (cf. Jo 17.23), constituindo assim a Igreja sua Esposa (assim a descreve a *Lumen gentium*, retomando as declarações do *Apocalipse* e a primeira carta de *Pedro*):

«“reino sacerdotal para seu Deus e Pai” (Apo. 1,6; cf. 5, 9-10). Na verdade, os batizados, pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, são consagrados para serem casa espiritual, sacerdócio santo, para que, por meio de todas as obras próprias do cristão, ofereçam oblações espirituais e anunciem os louvores daquele que das trevas os chamou à sua admirável luz (cf. 1 Ped. 2, 4-10)» (LG 10)¹⁰.

A Igreja é, portanto, descrita pelo Vaticano II como *communitas sacerdotalis* (assim *Lumen gentium*, 11), na medida em que Cristo não somente «a associa sempre a si mesmo como sua amada Esposa» na celebração da liturgia divina como «o exercício da [sua] função sacerdotal» (cf. *Sacrosanctum Concilium*, 7); mas também, desta forma, molda sua missão na história como um sacramento, em Si mesmo, «de íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano» (cf. *Lumen gentium*, 1), introduzindo na sociedade, aquela luz e aquela força que emanam do Espírito Santo derramado por Sua Páscoa nos corações (cf. Gal 4,6), e que se tornam operativas através a fé, a esperança e a caridade (assim *Gaudium et spes*, 42).

Este ponto fixo nunca pode ser destacado o suficiente: a novidade exibida pelo evento pascal de Cristo como um singular e escatológico ato sacerdotal e esponsal, no qual se realiza a missão de Cristo em relação à Igreja e, portanto, o princípio e a forma do sacerdócio de todo o povo de Deus. Jesus põe um fim a uma forma prefigurativa e provisória do sacerdócio e escatologicamente revela outra, que inaugura a “nova

¹⁰ O Decreto *Presbyterorum Ordinis*, de forma ainda mais explícita e articulada, afirma: «Nosso Senhor Jesus, “a quem o Pai santificou e enviou ao mundo” (Jo 10,36), fez todo seu Corpo Místico participar daquela unção do Espírito que ele recebeu: nela, de fato, todos os fiéis formam um sacerdócio santo e real, oferecem a Deus sacrifícios espirituais por meio de Jesus Cristo, e proclamam a grandeza d'aquele que os chamou das trevas para sua maravilhosa luz. Portanto, não há nenhum membro que não tenha parte na missão de todo o corpo, mas cada um deve santificar Jesus em seu coração e dar testemunho de Jesus com um espírito de profecia. Mas o próprio Senhor, para que os fiéis pudessem estar unidos em um só corpo, do qual, porém, “nem todos os membros têm a mesma função” (Rm 12,4), promoveu alguns deles como ministros, para que no seio da sociedade dos fiéis tivessem o poder sagrado da ordem para oferecer sacrifício e perdoar pecados, e para que em nome de Cristo pudessem exercer a função sacerdotal para os homens de uma forma oficial» (n.2).

criação” (cf. 2Cor 5:17; Gal 6:15): *não mais o sacerdócio que declara a separação entre Deus e os homens, entre o sagrado e o profano, entre uma casta sacerdotal e o resto do povo. Na realidade Cristo é verdadeiramente o “mediador”*: ou seja, efetivamente faz a ponte entre os dois que são feitos, nEle, uma só coisa.

Sacerdócio tão novo e excedente que na Igreja apostólica – cuja autoconsciência é atestada nas páginas do Novo Testamento –, a fim de distingui-lo das formas anteriores, sob a orientação do Espírito Santo, *não foi considerado possível expressá-lo em linguagem tradicional, a não ser através de uma redefinição radical de seu significado*: a) em referência à singularidade do acontecimento pascal de Jesus (como faz a carta aos *Hebreus*, de uma maneira desenvolvida e teologicamente argumentada acima de tudo); e b) em referência à universalidade daqueles que, através da fé e do batismo, são feitos participantes dele na e como Igreja («povo sacerdotal» de Deus, que encontramos assim formulado no livro do *Apocalipse* e na primeira carta de *Pedro*).

Resulta assim que o uso da linguagem sacerdotal referente ao que a Igreja – em fidelidade ao evento Cristo e sua ininterrupta παράδοσις (cf. *Dei Verbum* 8) – define com o tempo “ministério ordenado” – em relação àqueles que, na Igreja, estão habilitados a realizar o serviço de guia na fé e de unidade na celebração litúrgica no seio do povo sacerdotal – *só é sucessivo e derivado*: porque, quando não é contextualizado com pertinência cristológica e eclesiológica, tal linguagem corre o risco de *neutralizar a novidade do acontecimento de Cristo*, princípio e forma daquele sacerdócio universal do povo de Deus que é *peculiar da nova aliança*.

1.3. O sacerdócio exercido pelo ministério ordenado

Portanto – como atesta o Novo Testamento e transmite a ininterrupta *Traditio vivens Ecclesiae* –, é no contexto da participação do sacerdócio de Cristo na Igreja, *communitas sacerdotalis*, que encontra seu lugar teológico o exercício desse ministério específico, a serviço do sacerdócio do povo de Deus, que é conferido por Cristo no Espírito Santo em benefício da Igreja Sua Esposa. A razão teológica – e consequentemente também a forma de exercício – deste ministério *deriva da natureza sacramental da Igreja*.

Ela, de fato, continua e transmite a missão de Cristo como Seu sinal vivo e instrumento eficaz: um só Corpo com Ele, sendo distinto Dele como a Noiva do Esposo, numa relação de unidade em distinção que não encontra outra analogia adequada senão na relação de unidade em distinção entre as Pessoas da Santíssima Trindade. De Cristo, de fato, *a unidade* e *a santidade* da Igreja, professada no Símbolo da fé, são garantidas e expressas no Espírito Santo através *da catolicidade e apostolicidade*: ou seja, no fato de que somente o vínculo com o todo (καθ' ὅλον) – isto é, a catolicidade – e *o vínculo com a origem* – isto é, a apostolicidade – certificam e promovem a permanência e autenticidade da missão da Igreja como extensão sacramental, no tempo e no espaço, da missão de Cristo¹¹.

Mas isto exige que haja uma instância na Igreja que garanta precisamente sua apostolicidade e catolicidade na transmissão da Palavra de Deus e dos Sacramentos da fé: *uma instância intrínseca à natureza sacramental da Igreja e colocada a seu serviço*. O ministério ordenado, «desta forma – enfatiza a Comissão Teológica Internacional (CTI) –, é o sacramento da presença operante de Cristo e do Espírito Santo no seio do Povo de Deus»¹², *representando «Cristo à cabeça da comunidade e à frente dela»*¹³.

A partir daqui pode-se entender porque é um ministério enraizado em um sacramento específico, aquele da ordem, em virtude do qual uma graça específica é conferida: a de representar Cristo de forma sacramental como Cabeça e Esposo de sua Igreja.

Esta é uma graça *formalmente distinta* daquela conferida pelo sacramento do batismo e da confirmação – em virtude do qual se conforma a Cristo como seu Corpo e Esposa na participação em sua própria vida filial –, disponibilizada em plenitude através da celebração da Eucaristia para a salvação do mundo.

Em consequência – e cito novamente a CTI – que o ministério episcopal e presbiteral, em continuidade com aquele dos Apóstolos, «é sacerdotal no sentido de que torna presente o serviço de Cristo na proclamação efetiva da mensagem evangélica, na

¹¹ Cf. CTI, *L'apostolicità della Chiesa e la successione apostolica* (1973), n. 5; in Commissione Teologica Internazionale, *Documenti 1969-2004*, Seconda edizione riveduta e corretta, Edizioni Studio Domenicano, Bologna 2010, pp. 48-64, em particular nn. 5 e 6, pp. 57-62.

¹² *Ibid.*, n. 5, p. 61.

¹³ CTI, *Il sacerdozio cattolico* (1970), n. 4; *ivi*, pp. 42-43.

reunião e orientação da comunidade cristã, na remissão dos pecados e na celebração da Eucaristia, onde de forma singular se faz presente o único sacrifício de Cristo»¹⁴.

E isto sem minimizar a *ação imediata* da graça de Cristo e do Espírito Santo em cada batizado: que é, ao contrário, garantida e promovida pelo exercício do ministério ordenado no desempenho de sua própria ação.

1.4. O sacerdócio ministerial a serviço do povo sacerdotal

Como a CTI especifica, «o Novo Testamento faz uso de um termo específico para expressar o poder de comunicar a salvação que Jesus recebeu do Pai e que, na força (δύναμις) do Espírito Santo, ele exerce sobre todas as criaturas: ἐξουσία (em latim *potestas*, em português autoridade)¹⁵. Consiste – lemos no prólogo do evangelho de João – na graça que faz um «filho de Deus» em Cristo (cf. Jo 1,12), do qual todo o povo de Deus é feito participante, em virtude do batismo.

«A ἐξουσία do Senhor Ressuscitado, continua a CTI, se expressa na Igreja através da pluralidade de dons espirituais (τὰ πνευματικά) ou carismas (τὰ χαρίσματα) que o Espírito concede dentro do Povo de Deus para a edificação do único Corpo de Cristo»¹⁶. Entre eles está aquele dom do Espírito que se coloca a serviço de todos os outros para orientar a Igreja, em Cristo, no caminho da unidade e da santidade em fidelidade a sua apostolicidade e catolicidade, e que para este fim é dotado de uma específica ἐξουσία (*potestas*) e se expressa em um específico ministério: que precisamente por sua natureza e finalidade não se desprende do contexto vivo do povo de Deus nem relativiza a igual dignidade de todos os batizados na Igreja.

¹⁴ CTI, *The Catholic Priesthood*, No. 3, cit., p. 1. J.M. Tillard também enfatiza que «a “sacerdotização” dos ministérios nos parece ser um caso típico de criatividade comunitária que vai além da leitura da Escritura sem chegar ao ponto de trair o espírito de Cristo» (*La 'qualité sacerdotale' du ministère chrétien*, in «*Nouvelle Revue Théologique*», 95 [1973] 481-514, aqui p. 513). Deve-se notar que também o BEM (*Batismo, Eucaristia e Ministério*, do Conselho Mundial de Igrejas, Lima 1982) afirma que os detentores do ministério, «na medida em que fortalecem e edificam o sacerdócio» dos fiéis, podem ser chamados sacerdotes «*appropriately* (de forma apropriada)» (cf. n.º 17). Na verdade – como afirma a LG 28, assumindo o Conselho de Trento, – «o ministério eclesiástico, instituído por Deus, é exercido em ordens diversas por aqueles que desde a antiguidade são chamados Bispos, Presbíteros e Diáconos, mas os Diáconos – especifica a LG 29 – «estão em grau inferior da hierarquia», “aos quais foram impostas as mãos” não em ordem ao sacerdócio, mas ao ministério».

¹⁵ CTI, *A Sinodalidade na Vida e na Missão da Igreja*, 2 de março de 2018, no. 17. Cf. também na GLNT ([II, 558-569] 629-657), editada por W. Foerster, que enfatiza tanto «a posição de Jesus como o chefe da comunidade que recebeu todo o poder e o transmite aos outros» quanto «aquela liberdade que marca a maneira de ser da comunidade cristã» ([II, 563] 643).

¹⁶ *Ibid.*, n. 18.

Pelo contrário: é tudo e somente e sempre colocado a serviço da missão do povo de Deus como *communitas sacerdotalis* e nela se exerce segundo aquela dinâmica sinodal que é o *modus vivendi et operandi* em que se expressa o «ser sujeito de toda a Igreja e de todos na Igreja»¹⁷.

Nesta lógica evangélica, a Carta *Iuvenescit Ecclesia* da Congregação para a Doutrina da Fé (2016), registrando a experiência da Igreja desde suas origens à luz do magistério do Vaticano II e dos Papas em continuidade com ele, enfatiza que não apenas «dons hierárquicos», mas também «os carismas autênticos são considerados como dons de irrenunciável importância para a vida e a missão eclesial (n. 9). «Apesar destes últimos – específica – nas suas formas históricas, não serem garantidos para sempre, a dimensão carismática nunca pode faltar à vida e à missão da Igreja» (n. 13). E retomando a afirmação de João Paulo II, isto documento confirma «a *co-essencialidade* entre os dons hierárquicos e carismáticos» (n. 10), já que

«Eles têm a mesma origem e o mesmo propósito. São dons de Deus, do Espírito Santo, de Cristo, dados com a finalidade de contribuir, de formas diversas, para a edificação da Igreja. Quem recebeu o dom de governar na Igreja têm também a missão evangelizadora, sabendo que é o Espírito Santo que distribui os dons carismáticos por cada, da forma que lhe apraz (cf. 1 Cor 12,11). O mesmo Espírito dá à hierarquia da Igreja a capacidade de discernir os carismas autênticos, de os acolher com alegria e gratidão, de os promover com generosidade e de os acompanhar com paternidade vigilante» (n. 8).

Neste contexto, ilumina-se plenamente o significado teológico da conhecida declaração na *Lumen gentium* 10:

«O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico, embora se diferenciem essencialmente e não apenas em grau, ordenam-se mutuamente um ao outro; pois um e outro participam, a seu modo, do único sacerdócio de Cristo»¹⁸.

Trata-se de um esclarecimento acrescentado – a fim de evitar possíveis mal-entendidos – ao texto original do capítulo 2 da *Lumen Gentium* consagrado ao povo de Deus. Três coisas são especificadas ali: a) a *ordinatio ad invicem*, uma em relação à

¹⁷ Sobre este conceito de sinodalidade, ver o documento acima mencionado do CTI sobre: *A Sinodalidade na Vida e na Missão da Igreja.*, cf. aqui, em particular, nn. 55 e 70.

¹⁸ *Lumen gentium*, 10: «*Sacerdotium commune fidelium et sacerdotium ministeriale seu hierarchicum, licet essentia et non gradu tantum differant, ad invicem tamen ordinantur; unum enim et alterum suo peculiari modo de uno Christi sacerdotio participant*».

outra, das duas formas do sacerdócio, que b) ambas emanam do sacerdócio de Cristo e tomam forma no mesmo, c) sendo distintas uma da outra «não por grau, mas por essência».

A intencionalidade da afirmação é bastante clara, tendo em mente o contexto eclesiológico dentro do qual ela é colocada. De fato, por um lado, ela reafirma que as duas formas de sacerdócio se referem reciprocamente, sendo o exercício do sacerdócio universal o único fim do sacerdócio ministerial, que como tal é colocado ao completo serviço do primeiro; o qual, por sua vez, não pode ser dado a menos que seja gerado e alimentado pelo único sacerdócio de Cristo sacramentalmente representado pelo ministério ordenado.

E ao mesmo tempo se reafirma, por outro lado, que, próprio devido à qualidade peculiar e irrenunciável deste ministério, a diferença entre os dois não é de grau (isto é, não implica uma relação de superioridade/inferioridade), mas de essência (na medida em que expressa duas realidades formalmente diferentes, que não podem e não devem entrar em competição ou, pior ainda, em conflito entre si), mas, de fato, “são ordenadas” uma para a outra.

Podemos dizer que um e outro sacerdócio têm sua fonte e tomam forma a partir do sacerdócio de Jesus, na medida em que Ele, no acontecimento pascal, se tornou escatologicamente o único Mediador entre Deus e os homens, e entre os homens em Deus, no exercício da dedicação de si no Espírito Santo “até o fim” para os irmãos em obediência au *Abba*. Fechando assim o espaço no qual *todos* são agora chamados a viver, nEle, a dedicação de si mesmos uns aos outros realizando, nEle, a graça da unidade: «como vós, Pai, estais em mim e eu em vós, que eles também sejam um em nós» (cf. Jo 17,21-22).

Neste sentido, o sacerdócio universal dos discípulos é a *participação subjetiva* e, portanto, existencialmente performática na nova vida que surge no Espírito a partir do Cristo pascal; enquanto o ministério ordenado (que somente em sentido derivativo, e com referência ao único sacerdócio de Cristo, pode ser denominado sacerdócio) é delegado à *representação objetiva e sacramental* do sacerdócio de Cristo como princípio e forma originador e configurador do sacerdócio de todo o povo de Deus.

O resultado é que o ministério ordenado é precisamente *ministerium*, serviço (διακονία)¹⁹, e isto em uma dupla direção: a) é serviço à representação objetiva do evento pascal de Cristo; e b) é serviço à apropriação subjetiva deste mesmo evento por todos no povo de Deus.

Ele efetivamente atesta, em virtude de sua sacramentalidade, «aquela maneira pela qual o amor [de Deus em Cristo] atingiu o extremo da oferta, ou seja, do sacrifício de si mesmo [...] fornecendo assim a prova de que seu amor era realmente amor e nada mais que amor»²⁰.

O amor vivido por Cristo na *kenosi* da Encarnação e da Páscoa vai de fato ao extremo de entregar su propria ἐξουσία («É por isso que o Pai me ama: porque eu dou minha vida, para tornar a toma-la. Ninguém me tira de mim, mas eu de mim mesmo a dou; Tenho o ἐξουσία para dar e o ἐξουσία para tornar a tomá-la», Jo 10,17-18) àqueles que, sempre indignamente, o representam e apresentam sacramentalmente o gesto escatológico de su amor; e eles, em correspondência a esta graça, são, portanto, chamados a viver o ministério recebido como humilde e generoso serviço dos discípulos a Cristo e ao povo de Deus, na oferta perseverante e alegre de sua própria vida²¹.

2. Eucaristia: “*Hoc est sacrificium christianorum: multi unum Corpus in Christo*” (Agostinho, *De Civ. Dei*, X)

Pelo que foi dito até agora, fica claro que o ministério ordenado é *constitutivo da Igreja, sendo fundado no sacerdócio de Cristo e sendo conferido no Espírito Santo a serviço do sacerdócio universal da *communitas fidelium* como *communitas sacerdotalis*, chamada a testemunhar e comunicar a eficácia salvífica do sacerdócio de Cristo para a salvação do mundo. Salvação que, na redenção da escravidão do pecado e*

¹⁹ Aponta isto claramente LG 24: «Este ofício (*munus*) que o Senhor confiou aos pastores de seu povo é um verdadeiro serviço (*servitium*), que na Sagrada Escritura é significativamente chamado “diakonia” ou ministério (“*diakonia*” seu *ministerium*) (cf. Atos 1:17.25; 21:19; Rom 11:13; 1 Tim 1:12)» Escreve coisas muito pertinentes a este respeito E. Castellucci, *Il ministero ordinato*, cit., pp. 297-303.

²⁰ H.U. von Balthasar, *Gli stati di vita del cristiano*, tr. it., Jaca Book, Milano 1996, p. 221.

²¹ É isto que foi sublimemente compreendido e vivido, por exemplo, por São Julião Eymard, o grande santo da Eucaristia, que, precisamente a partir da contemplação da Eucaristia, amadureceu a exigência para sua vida sacerdotal de fazer um voto a Cristo de sua própria personalidade, para que Ele pudesse tomar plenamente seu lugar: «Viverás por mim, porque eu viverei em ti – diz Cristo ao santo. Eu enchei sua alma com meus desejos e minha vida que consumirão e aniquilarão em você tudo o que é próprio de você (...). Eu serei a pessoa de sua personalidade e sua personalidade será a minha vida em você» (citado da L. Saint-Pierre, *L'heure du cénacle dans la vie et les oeuvres de P.-J. Eymard*, Lyon 1968, p. 293).

da morte, se realiza ao longo dos caminhos do tempo, tornando acessível e para todos, sempre mais e sempre melhor, o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo gênero humano (cf. LG 1).

Agora, no contexto da missão da Igreja, a especificidade do ministério ordenado aparece da maneira mais evidente e eficaz «em sua tarefa própria de presidir a *Eucaristia*», *através da qual, precisamente, se realiza e se promove o sacerdócio do povo de Deus*. Esta é a experiência e a fé profunda da Igreja, enraizada em sua apostolicidade e expressa no exercício de sua catolicidade. Bastam algumas notas essenciais a este respeito.

2.1. No coração da Igreja local e na comunhão da Igreja una e católica

Se o Mistério Pascal de Cristo é o centro vivo da história da salvação, a Eucaristia é seu memorial eficaz e sua celebração «a meta para a qual se encaminha a ação da Igreja e a fonte de onde promana toda a sua força» (SC 10). De fato, graças a ela, «os fiéis unidos ao Bispo, tendo acesso a Deus Pai mediante o Filho, o Verbo encarnado, morto e glorificado, na efusão do Espírito Santo, conseguem a comunhão com a Santíssima Trindade, feitos “participantes da natureza divina” (2 Ped. 1,4)» (UR 15).

Esta é uma afirmação de fundamental importância para a compreensão da doutrina a propósito do sacerdócio de Cristo, do povo de Deus, e dos ministros ordenados que é ensinada pelo Concílio Vaticano II.

De fato, afirmar – como faz a LG 26 – que «em qualquer comunidade que participa do altar sob o ministério sagrado do Bispo, é manifestado o símbolo do amor e da unidade do Corpo místico, sem o que não pode haver salvação’», porque «nestas comunidades, embora muitas vezes pequenas e pobres, ou dispersas, está presente Cristo, por cujo poder se unifica a Igreja una, santa, católica e apostólica», significa afirmar que o ministério do Bispo – e, em comunhão com ele e sob a sua presidência, o dos seus colaboradores sacerdotes e diáconos (cf. LG 20) –, torna Cristo presente, através da celebração da Eucaristia, na comunidade cristã local, na medida em que é uma expressão da Igreja una, santa, católica e apostólica.

Nesta perspectiva, estão organicamente ligados no Magistério do Vaticano II: no que respeita ao episcopado, à sua natureza sacramental (cf. LG 21) e à sua colegialidade

em relação ao ministério de unidade realizado pelo Bispo de Roma (cf. LG 21-22); e no que respeita ao presbitério e ao diaconado, a sua relação intrínseca com o ministério do Bispo ao serviço da Igreja local e a sua natureza e missão essencialmente comunitária (cf. LG 28, *Presbyterorum Ordinis*, 7 e 8), de uma forma particular no presbitério a que pertencem²².

Mas voltemos à celebração da Eucaristia. Nela se manifesta e exprime da forma mais completa a eficácia do mistério pascal de Cristo para a edificação de cada Igreja local na comunhão da Igreja una e católica para a *diakonia* da missão: porque, nela e através dela, «Cristo associa sempre a si a Igreja, sua esposa muito amada» no exercício do seu *munus sacerdotal* que realiza precisamente através do seu Corpo místico, cabeça e membros (assim especifica SC 7).

Cristo, para «realizar uma obra tão grande, está sempre presente na sua Igreja, e de forma especial nas ações litúrgicas» (ibid.). A *Sacrosanctum Concilium* ilustra assim esta verdade ao contextualizar a presença específica de Cristo que se realiza na liturgia através do exercício do ministério ordenado no concerto convergente do multiforme de Cristo que se faz presente à Igreja:

«[Cristo] está presente no sacrifício da Missa, quer na pessoa do ministro, “o que se oferece agora pelo ministério sacerdotal é o mesmo que se ofereceu na cruz”, quer e sobretudo sob as espécies eucarísticas. Está presente com o seu dinamismo nos Sacramentos, de modo que, quando alguém batiza, é o próprio Cristo que batiza. Está presente na sua palavra, pois é Ele que fala ao ser lida na Igreja a Sagrada Escritura. Está presente, enfim, quando a Igreja reza e canta, Ele que prometeu: “Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, Eu estou no meio deles” (Mt. 18,20)» (n.7).

A presença de Cristo na pessoa do ministro – para a qual é teologicamente pertinente a fórmula que descreve a sua ação, no contexto sacramental, como *agere in persona Christi capitis* – refere-se, por um lado, a ser cabeça e esposo, de Cristo, para a

²² Não deve ser ignorado ou subestimado o significado teológico e especificamente eclesiológico da clara afirmação da sacramentalidade do episcopado, com o significado que isto implica em referência ao único sacerdócio de Cristo que, desta forma, é reconhecido como sendo conferido ministerialmente a cada Bispo em conformidade com a *indoles et ratio collegialis* (cf. LG 22) que lhe é própria enquanto emana do próprio sacramento que, como tal, expressa sua intencionalidade, derivada de sua relação com o único sacerdócio de Cristo, somente na *communio hierarchica* do colégio episcopal: que – em seu próprio nível – é proposta novamente para o presbitério na *communio* do presbitério, sob a presidência do Bispo, a quem pertence. Enraizada, portanto, na natureza sacramental do ministério ordenado aquela relação com o sacerdócio de Cristo que se expressa na natureza e na razão comunal por si só de seu significado e de seu exercício a serviço do povo de Deus.

Igreja, o seu Corpo e a sua Esposa; e, por outro, à intencionalidade da sua presença e da sua ação em ordem a conformar a Igreja a Cristo mesmo, enquanto seu Corpo e sua Esposa, através da Eucaristia e ao serviço do testemunho e da comunicação da salvação a todos na família humana. Escreve Papa Francisco em su recente Carta apostolica *Desiderio desideravi*:

«Na presidência [da Eucaristia...] não se trata primariamente de uma tarefa designada pela comunidade, mas sim da consequência da efusão do Espírito Santo recebido na ordenação que o capacita para essa tarefa.

É de fundamental importância que o sacerdote tenha antes de tudo uma consciência viva de ser, por misericórdia, uma presença especial do Senhor Ressuscitado. [...] (cf. *Sacrosanctum Concilium*, n. 7). Este fato dá uma profundidade “sacramental” – em um sentido amplo – a todos os gestos e palavras daqueles que presidem. A assembleia tem o direito de poder sentir nesses gestos e palavras o desejo que tem o Senhor, hoje como na Última Ceia, de seguir comendo a Páscoa conosco. [...] O próprio presbítero [...] é como se fosse colocado no meio entre o coração ardente de amor de Jesus e o coração de cada crente, o objeto de seu amor. Presidir a Eucaristia é estar imerso na fornalha do amor de Deus» (nn. 56-57).

2.2. Para a missão no seio da caridade recíproca e para todos

O que implica isto em termos concretos? Santo Agostinho ilustra isto no Livro X de *De Civitate Dei*, que São Tomás retoma e aprofunda na *Summa Theologiae*, recordando também o Livro IV de *De Trinitate*: onde descreve o único e verdadeiro Mediador, Jesus Cristo, «que nos reconcilia com Deus pelo sacrifício da paz, permanece na unidade com aquele a quem se oferece, faz-se um com aqueles por quem oferece e é um só quem oferece e a oblação oferecida»²³. A Igreja – sublinha Santo Agostinho – na celebração da Eucaristia, «sendo um só Corpo com a sua Cabeça, aprende a oferecer-se a si mesma através Dele»²⁴. Assim, dentro e através do sacrifício do altar, ela oferece o que recebeu – o sacrifício de Cristo – nele, oferecendo-se a si própria. De fato, nisto a Igreja é constituída na sua profunda realidade como «*Corpus ipsius Capitis*».

²³ Agostino, *De Trinitate*, IV, 14, 19: «quattuor considerantur in omni sacrificio: cui offeratur, a quo offeratur, quid offeratur, pro quibus offeratur; idem ipse unus verusque Mediator, per sacrificium pacis reconcilians nos Deo, unum cum illo maneret cui offerebat, unum in se faceret pro quibus offerebat, unus ipse esset qui offerebat, et quod offerebat» cf. *S.Th.*, III, q.22, a. 3, ad 1um e ad 2um.

²⁴ Agostino, *De Civ. Dei*, X, 20: «Cuius rei sacramentum cotidianum esse voluit Ecclesiae sacrificium, quae cum ipsius capitis corpus sit, se ipsam per ipsum discit offerre».

A Eucaristia é, portanto, a fonte inesgotável da energia divina que vivifica a Igreja, que – sendo a presença na história do *populus Dei* como *communio sanctorum*, na qual Deus Trindade com os seus anjos e os fiéis ainda peregrinos estão unidos *in sancta societate*, juntamente com os que já chegaram à sua pátria – se torna um sinal e instrumento eficaz, entre os homens, do advento escatológico da *civitas Dei* na qual Deus, no final, será «tudo em todos» (1 Cor 15,28).

Através a mediação exercida por Cristo e realizada escatologicamente no sacrifício da cruz, é assim instituído na Eucaristia o verdadeiro e definitivo culto, no qual a Igreja se oferece sempre de novo como sacrifício de amor, para a salvação do mundo, no fogo da caridade aceso nos corações pela efusão do Espírito Santo²⁵. Daí o exercício do duplo mandamento do amor no qual a Lei e os Profetas são resumidos no «novo mandamento» de Cristo (cf. Jo 13,34). É, portanto, *a forma de caridade recíproca* recebida no Espírito Santo de Deus Trindade através do sacrifício do único Mediador, Cristo Jesus, *a forma de vida da Igreja na qual a sua missão se realiza*: «Por isto todos saberão que sois meus discípulos: se tiverdes amor uns pelos outros» (Jo 13,35).

Tanto que, numa fórmula deslumbrante, Santo Agostinho pode concluir: «Este é o sacrifício dos cristãos: *Muitos, um só corpo em Cristo*»²⁶. Uma afirmação que ecoou, no contexto variado e em rápida mudança da era contemporânea, pelo Vaticano II em *Gaudium et spes*: «Ao ajudar o mundo e recebendo dele ao mesmo tempo muitas coisas, o único fim da Igreja é o *advento do reino de Deus e o estabelecimento da salvação de todo o género humano*. E todo o bem que o Povo de Deus pode prestar à família dos homens durante o tempo da sua peregrinação deriva do facto que a Igreja é o “sacramento universal da salvação”, manifestando e atuando simultâneamente o mistério do amor de Deus pelos homens» (45). Cristo, de fato,

«revela-nos que “Deus é amor” (1 Jo. 4, 8) e ensina-nos ao mesmo tempo que a lei fundamental da perfeição humana e, portanto, da transformação do mundo, é o novo mandamento do amor. Dá, assim, aos que acreditam no amor

²⁵ Bento XVI escreve em *Sacramentum caritatis*: «Na Eucaristia é revelado o plano de amor que guia toda a história da salvação (cf. Ef 1,10; 3,8-11). Nele o *Deus Trinitas*, que em si é amor (cf. 1 Jo 4,7-8), se envolve plenamente com nossa condição humana. No pão e no vinho, sob cujas aparências Cristo se nos dá na ceia pascal (cf. Lc 22,14-20; 1 Cor 11,23-26), é toda a vida divina que nos alcança e participa de nós na forma do Sacramento» (n.8); «Jesus assim nos deixou a tarefa de entrar na sua “hora”: “a Eucaristia nos atrai para o ato oblato de Jesus”» (n.11), e portanto a «mística» da Eucaristia não só tem um «caráter eclesial» (n.15), mas também tem um «caráter social» (n.89).

²⁶ Agostino, *De Civ. Dei*, X, 6: «*Hoc est sacrificium Christianorum: Multi unum corpus in Christo*».

de Deus, a certeza de que o caminho do amor está aberto para todos e que o esforço por estabelecer a universal fraternidade não é vão» (GS 38).

3. Antecipação e testemunho do eschaton en la història: “*Vita Ecclesiae abscondita est cum Christo in Deo*” (LG 6, cf. Col 3:1-4)

Já emergiu, enquanto foi dito até agora, a qualidade singular e escatológica do sacerdócio de Cristo. Ela se expressa no fato de que, no seu acontecimento pascal, Ele – escreve a carta aos Hebreus – se ofereceu a si mesmo ἐφάπαξ²⁷, de uma vez por todas, e se fez perfeito para sempre como sacerdote da nova e eterna aliança (cf. Heb 7,26-27) e está sentado «à direita do trono da Majestade no céu» (Heb 8,1), de onde pode «perfeitamente salvar aqueles que por meio dele se aproximam de Deus: pois ele está sempre vivo para interceder por eles» (Heb 7,25).

Assim a Igreja, *communitas sacerdotalis*, na celebração da Eucaristia professa a sua fé, aclamando com gratidão, alegria e esperança: «*Nós proclamamos a tua morte, Senhor, proclamamos a tua ressurreição, enquanto esperamos a tua vinda!*».

3.1. O “selo” escatológico do sacerdócio de Cristo

A qualidade escatológica do acontecimento pascal de Cristo é de fato partilhada, pela graça, com todo o povo de Deus: «estais mortos – lemos na carta aos Colossenses – e a vossa vida está escondida com Cristo em Deus» (Col 3,1). É à luz deste dado de fé que a *Lumen gentium* descreve a Igreja como a Esposa que invoca a vinda final do Esposo (cf. Ap 22,17), sublinhando que ela, «enquanto, na terra, peregrina longe do Senhor (cf. 2 Cor. 5,6), tem-se por exilada, buscando e saboreando as coisas do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus, onde *vita Ecclesiae abscondita est cum Christo in Deo* (onde a vida da Igreja está escondida com Cristo em Deus), até que apareça com seu esposo na glória (cf. Col. 3, 1-4)» (LG 6).

A qualidade escatológica do mistério pascal de Cristo – que investe e molda a missão da Igreja como *communitas sacerdotalis*, estando continuamente presente e alimentada na Eucaristia – é impressa como um selo (σφραγίς, cf. Jo 6,27) não só *sobre*

²⁷ Como afirma G. Stählin, «no NT é um termo técnico para indicar o caráter único, e, portanto, definitivo, da morte de Cristo e a redenção consequente dela», como é claro em Rom. 6:10 e Heb. 7:27; 9:12; 10:10 (em GLNT [I,380-383] 1019-1028).

o sacerdócio batismal, mas também sobre o *sacerdócio ministerial*. E através dele é garantido.

O próprio fato de – escreve a carta aos Hebreus – através do sacerdócio de Cristo «há a introdução de uma esperança melhor, através da qual nos aproximamos de Deus» (Heb 7,19), implica que o exercício do sacerdócio ministerial surge da graça permanente conferida pelo sacramento da ordem, na medida em que está *ligado à fidelidade de Deus e ao dom definitivo* feito por Cristo na sua Páscoa: e não simplesmente à correspondência, sempre frágil e aleatória, de quem a recebe.

É nesta experiência de fé que se funda a doutrina tradicional, segundo a qual «o sacramento da Ordem sagrada confere um carácter espiritual indelével e não pode ser repetido ou conferido por um tempo limitado»²⁸.

Também em graça disto, a Igreja peregrina na terra experimenta desde agora a comunhão, em Cristo, com a Igreja celeste: e bem consciente de que «nos seus sacramentos e nas suas instituições, que pertencem à presente ordem temporal, leva a imagem passageira deste mundo» (LG 48), ela, «contendo pecadores no seu próprio seio, simultaneamente santa e sempre necessitada de purificação, exercita continuamente a penitência e a renovação» (LG 8).

3.2. Compromisso para a transformação do mundo e profecia da vida consagrada

Neste contexto escatológico se coloca *o empenho de todo o Povo de Deus na transformação do mundo*: porque – como *Gaudium et spes* ilustra – «a expectativa da nova terra não deve, porém, enfraquecer, mas antes ativar a solicitude em ordem a

²⁸ Cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1582. Digno de nota, a este respeito, foi sublinhado por I. Zizioulas que no ministério ordenado não se trata de «algo de valor *temporal*, mas de valor *escatológico*», de modo que «o carácter sacramental do ministério sacerdotal em suas conseqüências para os ordenados não pode ser definido nem através do ontologismo nem através do funcionalismo, mas somente através do conceito de *koinonía*, ou seja, a participação e o amor, e através de sua definitividade *escatológica*». (*Priesteramt und Priesterweihe im Licht der östlich-orthodoxen Theologie*, in “Der Priesterliche Dienst. V. Amt und Ordination in ökumenische Sicht, H. Vorgrimler [hrsg.], Herder, Freiburg i.B.-Basel-Wien” 1973, 72-113, aqui respectivamente 99 e 101, n. 83; versão inglesa, revista em *Being as Communion. Studies in Personhood and the Church*, St. Vladimir’s Seminary Press, Crestwood, NY 1997, 209-246; cf. B. Petrà, *Il ministero ordinato nella teologia ortodossa del XX secolo. Percorsi storici e prospettive*, in ATI, *Il ministero ordinato. Nodi teologici e prassi ecclesiali*, a cura di M. Qualizza, San Paolo, Cinisello Balsamo 2004, 205-241).

desenvolver esta terra, onde cresce o corpo da nova família humana, que já consegue apresentar uma certa prefiguração do mundo futuro» (n. 39).

Assim se realiza no *serviço da promoção da fraternidade universal na justiça e na paz*, o *munus* sacerdotal, profético e real do Povo de Deus, na esperança certa de que «valores da dignidade humana, da comunhão fraterna e da liberdade, fruto da natureza e do nosso trabalho, depois de os termos difundido na terra, no Espírito do Senhor e segundo o seu mandamento, voltaremos de novo a encontrá-los, mas então purificados de qualquer mancha, iluminados e transfigurados, quando Cristo entregar ao Pai o reino eterno e universal» (*ibid*).

O Reino de Deus, de fato, «já está misteriosamente presente» (*ibid.*): e a isto, em particular, é chamado a ser um testemunho vivo e profético aquele estado de vida específico que, na Igreja, é definido como “vida consagrada”: seguindo a via dos conselhos evangélicos de pobreza, castidade, obediência, no exercício da *vita communis*, através do equilíbrio dinâmico da contemplação e do serviço à humanidade em irmãos e irmãs que de alguma forma necessitam de cuidados espirituais e materiais²⁹. Na vida consagrada, a profundidade do amor eterno e infinito de Deus, testemunhado pelo mistério pascal de Cristo e comunicado na Eucaristia, faz-se de fato luminoso e quase transparente: porque toca «as próprias raízes do ser humano» (cf. *Vita consecrata*, n. 18) e transfigura-o, no claro-escuro do “já” e “ainda não”, através o envolvimento livre e gratuito, por Cristo, na vida do amor trinitário, a antecipação de «novos céus e uma nova terra» (cf. Ap 21,1; 2Pd 3,13).

²⁹ Para discernir o significado teológico pertinente do conceito de “vida consagrada” e, conseqüentemente, o papel específico deste estado de vida no concerto do Povo de Deus, é preciso ter em mente que, no léxico eclesial, “consagração” significa ser livremente atraído, por graça, na esfera da irradiação da santidade do Deus três vezes Santo: o que acontece no seguimento de Jesus Cristo em virtude do Espírito Santo. Isto se torna um acontecimento, para nós, no batismo, do qual floresce, na correspondência da liberdade à ação da graça, a conformação progressiva, precisamente, à santidade de Deus, até que Ele se torne tudo em cada um: «sejam perfeitos como perfeito é o Pai Celestial de vocês» (Mt 5,48). Sobre esse fundamento, a consagração à qual se faz referência ao falar de “vida consagrada”, por iniciativa de Deus e dentro do espaço da vocação universal à santidade (cf. LG cap. V), *proprio quodam modo* (cf. LG 39), chama e possibilita essa união particular com Deus, em Cristo e na participação de um carisma do Espírito Santo, que está destinada a se mostrar «como um sinal que pode e deve atrair efetivamente todos os membros da Igreja para cumprir com entusiasmo os compromissos da vocação cristã» (LG 44). Neste sentido, como sublinha São João Paulo II em *Vita consecrata*, «a vida consagrada está no coração da Igreja como um elemento decisivo para sua missão, pois “expressa a natureza íntima da vocação cristã” e a tensão de toda a Igreja-Esposa para a união com o único Esposo» (n.3). A natureza do “sinal”, portanto, que conota a vida consagrada no caminho histórico do povo de Deus, a coloca de maneira privilegiada na dimensão da *profecia evangélica*, na medida em que é uma visibilidade testemunhal e uma antecipação realista, no caminho do povo de Deus pelos trilhos da história, da meta escatológica para a qual, em si mesma, a vocação cristã deve tender em resposta fiel e criativa à eleição da graça e da misericórdia de Deus Trindade.

3.3. A direção histórica: “sair em direção a Ele fora do acampamento”

A qualidade escatológica do Mistério Pascal, partilhada pela Igreja através da Eucaristia, traça uma *direção precisa* e imprime um *estilo específico* à peregrinação e a *diakonia* da Igreja, dirigindo-lhe o convite sempre renovado à *conversão, purificação e reforma* (cf. *Evangelii gaudium*, 30).

Não é por acaso que a carta *aos Hebreus*, indicando o Cristo pascal como sumo sacerdote da nova e eterna aliança, nos convida a «correr com perseverança a corrida que nos é proposta, mantendo os nossos olhos fixos em Jesus como aquele que é o guia e aperfeiçoador da fé» (Heb 12,1-2). O que significa – a carta *aos Hebreus* expressa-o com extraordinário vigor plástico – modelar a própria existência e animar a própria missão sobre a *pró-existência de Jesus*: que, «para santificar o povo com o seu próprio sangue, sofreu a sua paixão *fora da porta da cidade*». Daí o convite dirigido ao Povo de Deus: «*Vamos até ele, para fora do acampamento, e sofram a mesma desonra que ele sofreu*» (Heb 13,12-13).

Com estas exortações urgentes, dá-se uma *consequência coerente à novidade do sacerdócio de Cristo*, do qual a Igreja é participante. A saída, seguindo Cristo, «fora do acampamento»³⁰, significa reconhecer que o sacerdócio de Cristo destruiu ἐφάπαξ o «*muro de separação que estava no meio*» (cf. Ef 2,14) entre aqueles que estão dentro «do acampamento» e aqueles que estão «fora dele».

No sacrifício consumido na cruz, «o véu do templo foi rasgado em dois, de cima para baixo» (Mc 15:38). O sacerdócio de Cristo é exercido *no Gólgota do mundo*, «fora» do acampamento, entre os últimos, os descartados, os marginalizados. *Ninguém é agora um estranho ou estrangeiro*: «O que vocês deixaram de fazer a alguns destes mais pequeninos, também a mim deixaram de fazê-lo» (Mt 25,45).

³⁰ De fato, na carta *aos Hebreus*, «enquanto as exortações anteriores convidavam a entrar (4:11) à imitação de Cristo que entrou no verdadeiro santuário, ou a aproximar-se do sumo sacerdote sentado à direita de Deus, o presente convite estimula um movimento na direção oposta. Entretanto, o objetivo do movimento é o mesmo, em relação a ele». A mudança de direção do movimento necessário é semelhante à significativa mudança nas antíteses do discurso na seção central, na qual o elemento essencial do sacrifício “celestial” não resultou de uma passagem pelas esferas planetárias ou pelos salões de um templo celestial, mas da entrada no cosmo (10:5). Da mesma forma, afirma-se aqui que a aproximação a Cristo não deve ser alcançada pela entrada em uma esfera sagrada particular, mas, na imitação do “inaugurador da fé”, requer um movimento “fora do campo”» (H.W. Attridge, *La Lettera agli Ebrei. Commento storico esegetico*, tr.it., LEV, Città del Vaticano 1999, 653).

Não me cabe aqui ilustrar as consequências e implicações existenciais e pastorais, para o exercício do sacerdócio dos fiéis e do sacerdócio ministerial na missão da Igreja, que derivam desta intrínseca qualidade e intencionalidade do sacerdócio de Cristo. Basta dizer que próprio nesta direção se convida a olhar com *παρρησία* e *ὕπομονή* (paresia e perseverança) – para retomar dois lemas caros ao ditado da carta *aos Hebreus* –, o magistério dos gestos e das palavras do Papa Francisco.

4. Maria: «*Maria maternum munus erga homines unicum mediationem Christi virtutem ostendit*» (cf. LG 60)

Uma última coisa – certamente não de pequena ou incidental importância – resta-me dizer, recordando o que mencionei no início com o convite do Papa Francisco para *olhar para Cristo* e juntamente *com Maria para poder «entrar»*, com o olhar penetrante e amoroso da fé, «na estrutura íntima da Igreja».

Sim, não se pode olhar para Cristo, e para o seu sacerdócio, sem olhar também para Maria, a Mãe de Deus – como o Concílio de Éfeso a proclamou –, a Mãe da Igreja – como São Paulo VI a proclamou no discurso de encerramento do terceiro período do Concílio, a 21 de novembro de 1964, para selar, como ele próprio afirma, a promulgação da Constituição sobre a Igreja: «Maria Santíssima Mãe da Igreja, isto é, de todo o Povo de Deus, *tanto dos fiéis como dos pastores*».

É cheio de significado o fato que a *Lumen Gentium* vem coroada com uma ilustração, no capítulo VIII, do *munus maternum* da Santíssima Virgem no mistério do Verbo Encarnado e do seu Corpo Místico (cf. n. 54), na medida em que ela – cita Santo Agostinho – «é “verdadeiramente a mãe dos membros (de Cristo) ... porque ela cooperou com a caridade para que nascessem fiéis na Igreja, membros daquela Cabeça”»³¹ (n. 53).

Foi Hans Urs von Balthasar quem nos deixou uma preciosa visão teológica que nos convida a examinar na lógica da fé este *munus* específico de Maria em relação à missão da *communitas sacerdotalis* e ao mesmo tempo, nela e ao seu serviço, do ministério sacerdotal³².

³¹ Agostino, *De S. Virginitate*, 6; PL 40,399.

³² Cf. M. Ouellet, *Identità del sacerdote e dignità dei laici. Piste di riflessione a partire da H.U. von Balthasar*, in Id., *La sfida dell'unità. I carismi e la Trinità*, (Le Cattedre di Sophia, 2) Città Nuova, Roma 2011, pp. 49-88.

Se – como São Tomás de Aquino observa na memória dos Padres da Igreja – o anúncio do Anjo a Maria manifesta o acontecimento de «um certo casamento espiritual entre o Filho de Deus e a natureza humana», de modo que «através do anúncio se esperava o consentimento da Virgem *loco totius humanae naturae*, em lugar de toda a natureza humana»³³; e se o consentimento de Maria, expresso no *fiat* da anunciação, for replicado e consumado no tácito *fiat* expresso ao pé da cruz, pode-se fundamentadamente intuir e expressar o significado não só cristológico mas também eclesiológico do seu *munus maternum* específico, isto é, “*generativo*”.

Além disso, o Novo Testamento atesta isto, respectivamente no Evangelho de *Lucas*: «O Espírito Santo virá sobre vós, e o poder do Altíssimo a cobrirá com a sua sombra. Assim, aquele que há de nascer será chamado Santo, Filho de Deus» (Lc 1,35) (Maria e o Mistério de Cristo); e no evangelho de *João*: «Quando Jesus viu sua mãe e perto dela o discípulo que amava, disse à sua mãe: “Mulher, eis aí o teu filho”! Depois disse ao discípulo: “Eis a tua mãe”! E a partir dessa hora o discípulo levou-a no que é seu próprio, εἰς τὰ ἴδια » (Jo 19,26-27).

O *fiat* de Maria, na verdade, abre o seu ventre virginal para acolher no Espírito Santo o tornar-se carne do Filho de Deus e para a geração no Espírito Santo de todos como filhos no Filho, «primogénito entre muitos irmãos» (cf. Rm 8,29), pela divina δύναμις do Espírito Santo assim feitos Θείας κοινωνοὶ φύσεως, participantes da natureza divina (2 Pedro 1,4).

Maria é «quase moldada pelo Espírito Santo e transformada numa nova criatura» – escreve o Concílio (cf. LG 56) –: para que nela – aponta von Balthasar – «a Igreja que surge de Cristo encontre o seu *centro pessoal* e a *plena realização da sua ideia eclesial*»³⁴, representando vivo, à luz e ao poder do Espírito Santo, «o *ambiente pneumático* em que só e exclusivamente possam verificar-se os acontecimentos do ministério [...] um ambiente formado pelos leigos da mesma forma que pelos

³³ Tommaso d’Aquino, *S.Th.*, III, q. 30, a. 1: «*ut ostenderetur esse quoddam spirituale matrimonium inter filium Dei et humanam naturam. Et ideo per Annuntiationem expetebatur consensus virginis loco totius humanae naturae*».

³⁴ H.U. von Balthasar, *Chi è la Chiesa?*, in *Sponsa Verbi. Saggi Teologici*, II, tr. it., Morcelliana, Roma 1972, p. 157.

sacerdotes»³⁵. Este “ambiente pneumático” – isto é habitado pelo Espírito Santo - è a disponibilidade total a Deus e abertura transparente aos irmãos no amor de Cristo.

Maria em Cristo, portanto, è o «*fundamento supra-ministerial da Igreja*»³⁶.

Daí o perfil mariano da Igreja que envolve seu perfil apostólico-petrino, específico do ministério ordenado nele constituído a serviço do crescimento e do caminho do povo de Deus³⁷.

Daqui a forma mariana que, na dependência e derivação do sacerdócio de Cristo, recebem por graça e são chamados a assumir na missão da Igreja, *tanto* o sacerdócio universal *quanto* o sacerdócio ministerial: o primeiro, enquanto somente vivendo o *fiat* de Maria participa sinergicamente, em virtude dos sacramentos do batismo, da confirmação e do matrimônio, à ação salvadora de Cristo no Espírito Santo; o segundo, enquanto somente vivendo também o *fiat* de Maria em adesão à graça específica conferida pelo sacramento da ordem, torna-se cooperador não somente na transmissão efetiva do dom de Deus, mas também em seu transparente e incisivo proveito.

Se viver em-Cristo – amava dizer o abençoado Antonio Rosmini – é a *formula breve* da existência de todos os cristãos, tanto que cada discípulo de Cristo deve poder falar com Paulo: «fui crucificado com Cristo. Assim, já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim» (Gal 2,19-20), e como vive em mim ha de viver em meio a nós (cf. Mt 18,20) porque Jesus orou ao Pai «para que todos sejam um, como você e eu»; para o ministro ordenado a graça específica conferida pela ordenação, comporta a exigência intrínseca, ou melhor o «postulado» – escreve von Balthasar – «da assimilação ao sacerdócio existencial de Cristo. Qualquer desvio voluntário não é puramente contra a “moralidade profissional” [...] mas, uma violação da estrutura do amor da própria Trindade»³⁸.

³⁵ H.U. von Balthasar, *Il laico nella Chiesa*, ivi, p. 317.

³⁶ *Ibid.*, p. 312.

³⁷ Sobre este assunto com referência, em particular, à lição de von Balthasar, cf. B. Leahy, *Il principio mariano nella Chiesa*, Città Nuova, Roma 1999.

³⁸ H.U. von Balthasar, *Sacerdoti della nuova alleanza*, in Id., *Lo Spirito e l'istituzione*, tr. it., Brescia 1979, pp. 312-313 (embora talvez seja necessário aprofundar o discurso, questionando se não podemos falar de uma estrutura trinitária criada destinada à divinização como “trinitarização” nas realidades temporais aqui referidas por Balthasar).

Mas podemos ir um passo além. A referência à *forma mariana ideal da Igreja* esclarece e nos estimula a interpretar e viver as relações entre aqueles que encarnam os estados de vida nos quais a existência cristã é determinada – em sua pluriformidade viva e criativa, realizada e harmonizada pelo Espírito Santo – pelo chamado da graça e pela correspondência na fé, na esperança e no amor. No espaço pneumático revelado realizado pelo *fiat* de Maria, de fato, desdobra-se o dom e o empenho para realizar a «*recíproca inabitação (circuminessio)*» destes estados de vida «em puro ser um para o outro»³⁹.

O dom da vida de Deus Trindade, da qual a Igreja é o sacramento, flui do Pai e através do Filho crucificado e ressuscitado é participado no Espírito Santo de uma forma plena e sempre nova, através da Eucaristia, a todo o povo de Deus. A Eucaristia é dada à Igreja através do sacerdócio ministerial, que torna presente o sacerdócio de Cristo na comunicação da vida de Deus – vida do amor trinitário – aos irmãos e irmãs que assim a exercem por direito próprio, cada um em seu estado de vida e nas relações de amor que vivem uns com os outros a serviço da sociedade e da família humana: antecipando, no esforço perseverante e generoso pela perfeição evangélica da caridade (cf. LG 39), a promessa da Jerusalém celeste.

Esta é a *res*, isto é, a *realidade escatológica realizada e promovida no “já” e “ainda não” da história pela, dentro e como Igreja*: na medida em que ela é, em Cristo, para o mundo, «o sacramento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano» (LG 1). É, portanto, propício hoje – escreve Card. Marc Ouellet –

«uma visão trinitária com respeito a comum adesão aos estados eclesiais de vida eclesiais nos quais o estado dos conselhos evangélicos pode assumir um papel de mediação entre o sacerdócio e os leigos. Na representação trinitária ordenada dos estados de vida eclesiais, há de fato uma troca e compenetração mútua, na qual o mistério nupcial do único Deus se reflete e se dá em Cristo à sua criação, no serviço, no ser um fim em si mesmo, no altruísmo e na gratuidade do amor. Pertence aos *kairós* da vida consagrada no mundo fornecer e enriquecer da liberdade do Espírito Santo esta recíproca fecunda influência dos estados de vida eclesial de forma discreta e kenótica»⁴⁰.

³⁹ H.U. von Balthasar, *Gli stati di vita del cristiano*, cit., p. 333.

⁴⁰ M. Ouellet, cit., pp. 86-87.

Ao acolher e desenvolver o imensurável e inesgotável dom de Deus em seus «tesouros em vasos de barro» (cf. 2 Cor 4,7), contribuem cada um, por sua própria parte, e em reciprocidade, os diferentes estados de vida vividos pelo Povo de Deus em ser gratuitamente e alegremente moldado pelo Espírito de Cristo *no ventre de Maria, Mater misericordiae e Mater unitatis*. Isto olhar de fé, de esperança e de amor os discípulos – todos! – são chamados a aprender na sua escola – a escola de Maria –, *para viver a Igreja sinodal – en el kairós de la Iglesia hoy – e construir em diálogo com seus irmãos, e irmãs de toda fé e convicção, uma sociedade verdadeiramente justa e fraterna em nível planetário*. Es una escola – como escreve Ângela Coelho no seu livro *Dentro da Luz* sobre o mensagem de Fátima – onde se aprende «Uma forma de ser Igreja e de ser discípulo de Jesus Cristo ao estilo de Maria»⁴¹.

Eu gostaria, assim de concluir com dois textos do Papa Francisco. O primeiro:

«este olhar inclusivo [de una Igreja sinodal], que supera as tensões guardando e meditando no coração, é o olhar das mães, que nas tensões, não separam, mas guardam-nas, e assim cresce a vida. [...] É um olhar concreto, que não se deixa condicionar pelo desconsolo, nem se deixa paralisar perante os problemas, mas coloca-os num horizonte mais amplo. [...] Trata-se de um olhar consciente, sem ilusões, e, todavia, sem se deter na tristeza e nos problemas, *oferece uma perspectiva mais ampla, a perspectiva do cuidado, do amor que regenera a esperança*»⁴².

O seguindo texto, especialmente para nos:

«Tornando-se instrumentos para que arda na terra o fogo do seu amor, conservado no ventre de Maria, Virgem feita Igreja (como cantava São Francisco), os presbíteros se deixam conduzir pelo Espírito que quer levar à conclusão a obra por ele iniciada na ordenação. A ação do Espírito lhes oferece a possibilidade de exercer a presidência da assembleia eucarística com o temor de Pedro, consciente da sua condição de pecador (cf. Lc 5,1-11), com a humildade forte do servo sofredor (cf. Is 42 ss), com o desejo de “ser comidos” pelo povo que lhes foi confiado no exercício diário de seu ministério» (*Desiderio desideravi*, 59).

Piero Coda

⁴¹ Â. De Fátima Coelho, *Dentro da Luz. Um itinerário para compreender a mensagem de Fátima*. Santuário de Fátima, Fátima 2021², p. 44.

⁴² Papa Francesco, *Santa missa na solenidade de Maria SS.ma Mãe de Deus LIV dia mundial da paz*, 1 de janeiro 2022.